



Educação e Igualdade: O Impacto das Políticas Públicas na Redução das Desigualdades Sociais no Brasil

Eder Pereira do Carmo Cruz¹; Marcelo Henrique Pereira dos Santos²

Resumo: O artigo analisa o impacto das políticas públicas de educação na redução das desigualdades sociais no Brasil, destacando o papel crucial da educação como mecanismo de transformação social. Por meio de pesquisa descritiva e analítica, utilizando dados do Censo Escolar fornecido pelo INEP e de programas educacionais, como o Fundeb e o Bolsa Família, o estudo busca identificar avanços e limitações dessas políticas no enfrentamento das disparidades socioeconômicas. A pesquisa conclui que, embora avanços significativos tenham sido alcançados, desafios persistem, especialmente em regiões mais vulneráveis.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação. Desigualdades.

Education and Equality: The Impact of Public Policies in Reducing Social Inequalities in Brazil

Abstract: The article analyzes the impact of public education policies on reducing social inequalities in Brazil, highlighting the crucial role of education as a mechanism for social transformation. Through descriptive and analytical research, using data from the School Census provided by INEP and educational programs, such as Fundeb and Bolsa Família, the study seeks to identify advances and limitations of these policies in tackling socioeconomic disparities. The research concludes that, although significant progress has been achieved, challenges persist, especially in more vulnerable regions.

Keywords: Public policies. Education. Inequalities.

¹ Graduação em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Especialista em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar do Estado da Bahia. eder.pereira@pm.ba.gov.br.

² Doutorado em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Docente no Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. marcelo.pereira@gmail.com.

Introdução

As desigualdades sociais no Brasil são um fenômeno histórico, enraizado em questões estruturais e marcadamente influenciado por fatores como renda, educação, saúde, e acesso a serviços públicos essenciais. Esse cenário reflete um país onde oportunidades são desigualmente distribuídas, e as condições de vida variam significativamente entre as regiões e classes sociais. A educação, nesse contexto, surge como um dos principais instrumentos de transformação social, oferecendo oportunidades para romper ciclos intergeracionais de pobreza e exclusão.

No entanto, a universalização do acesso à educação básica no Brasil é um desafio que remonta à década de 1990, quando foram implementadas as primeiras políticas públicas direcionadas a corrigir o déficit histórico no setor. Apesar dos avanços obtidos com programas como o Fundef, instituído em 1996, e o Fundeb, que o sucedeu em 2007, os obstáculos persistem. As disparidades regionais, a desigualdade na distribuição de recursos educacionais e os índices elevados de evasão escolar em comunidades vulneráveis são exemplos dos desafios que continuam a exigir atenção.

Além disso, a persistência de barreiras relacionadas à qualidade do ensino, infraestrutura escolar precária em regiões periféricas e rurais, e a falta de acesso a tecnologias educacionais adequadas compromete o pleno desenvolvimento dos potenciais benefícios da educação. Esses fatores são especialmente notáveis no Norte e Nordeste, regiões que historicamente apresentam indicadores educacionais abaixo da média nacional.

O Programa Bolsa Família, que condicionava a transferência de renda à frequência escolar de crianças e adolescentes, representou um avanço significativo na promoção da inclusão educacional, reduzindo taxas de evasão escolar e contribuindo para maior permanência dos alunos na escola. Ainda assim, a qualidade do ensino recebido permanece como um ponto crítico para que a educação efetivamente se traduza em mobilidade social.

No cenário contemporâneo, a pandemia de COVID-19 aprofundou as desigualdades existentes, evidenciando a precariedade do acesso à tecnologia e as dificuldades enfrentadas por milhões de estudantes que se viram afastados do ambiente escolar. Nesse contexto, a lacuna entre o acesso e a qualidade da educação se tornou ainda mais evidente, reforçando a necessidade de políticas públicas que não apenas promovam a inclusão, mas garantam condições equitativas de aprendizagem.

Portanto, analisar o impacto das políticas públicas de educação no Brasil não se trata apenas de medir avanços quantitativos, como o aumento de matrículas ou a redução de taxas de analfabetismo. É fundamental compreender se essas políticas estão, de fato, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais e promover uma sociedade mais justa e equitativa. Afinal, é por meio de uma educação inclusiva, acessível e de qualidade que se pode alcançar uma transformação social efetiva e duradoura.

Ao investigar esse problema, este estudo busca contribuir para a compreensão das limitações e dos potenciais das políticas públicas de educação no Brasil. Tal análise é essencial para subsidiar propostas que melhorem as ações governamentais e garantam uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. Isso é fundamental não apenas para promover justiça social, mas também para impulsionar o desenvolvimento do país como um todo, uma vez que sociedades mais educadas tendem a apresentar maior prosperidade econômica, coesão social e estabilidade política.

Referencial Teórico

Educação como um Direito Fundamental

A educação é amplamente reconhecida como um direito humano essencial e uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento individual e social. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, visando "o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988). Esse dispositivo legal posiciona a educação como elemento central na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e desenvolvida.

No âmbito internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 também consagra a educação como direito fundamental. O artigo 26 dessa Declaração estabelece que "toda pessoa tem direito à educação", destacando a necessidade da gratuidade e obrigatoriedade da educação básica e a universalidade do acesso ao ensino superior com base no mérito (ONU, 1948). Esse princípio foi posteriormente reforçado em documentos como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente no ODS 4, que visa "assegurar a educação

inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (ONU, 2015).

No Brasil, a universalização da educação básica foi um dos principais avanços na consolidação do direito à educação nas últimas décadas. Políticas públicas como o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), criado em 1996, e posteriormente o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), instituído em 2007, foram fundamentais para ampliar o acesso à educação, especialmente em regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste. Essas políticas direcionaram recursos para áreas historicamente desfavorecidas, promovendo maior equidade na distribuição de investimentos educacionais (Arretche, 2012).

Além disso, o Programa Bolsa Família desempenhou um papel significativo na garantia do direito à educação ao condicionar a transferência de renda à frequência escolar de crianças e adolescentes. Essa estratégia não apenas promoveu maior permanência dos estudantes na escola, mas também contribuiu para reduzir a evasão escolar e romper ciclos intergeracionais de pobreza (Pase; Melo, 2017). No entanto, apesar dos avanços na ampliação do acesso, ainda persistem desafios relacionados à qualidade do ensino, à infraestrutura escolar e à formação dos professores, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

Amartya Sen (1999), em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, argumenta que a educação desempenha um papel crucial na expansão das liberdades individuais e coletivas. Para o autor, a educação não é apenas um fim em si mesma, mas também um meio para alcançar outros direitos fundamentais, como saúde, emprego e participação política. Sen destaca que sociedades mais educadas tendem a apresentar menores níveis de desigualdade social e maior coesão social, tornando a educação um pilar essencial para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, Pierre Bourdieu (1983), ao abordar o papel da educação na reprodução das desigualdades sociais, destaca que o sistema educacional pode tanto reforçar quanto mitigar as disparidades sociais, dependendo de como as políticas educacionais são implementadas. Segundo Bourdieu, a educação, quando acessível e de qualidade, pode atuar como um mecanismo de mobilidade social, mas, em contextos de desigualdade estrutural, ela pode perpetuar a exclusão, privilegiando aqueles que já possuem maior capital cultural e econômico.

Portanto, a educação como direito fundamental é mais do que um compromisso legal; é um elemento indispensável para a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades.

Para que esse direito seja plenamente exercido, é essencial que as políticas públicas não se limitem a garantir o acesso à escola, mas também assegurem a qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a superação das desigualdades regionais e socioeconômicas. A realização desse direito, conforme previsto na Constituição e em tratados internacionais, é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária e para o fortalecimento da democracia.

Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da equidade e no combate às desigualdades sociais, especialmente em países marcados por profundas disparidades socioeconômicas como o Brasil. Essas políticas, entendidas como estratégias governamentais voltadas para a regulação, provisão e gestão da educação, buscam garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino para todos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. No entanto, sua efetividade depende de fatores como o planejamento, a alocação de recursos e a articulação entre os diferentes níveis de governo.

Seibel e Gelinski (2008) defendem que as políticas públicas correspondem a iniciativas do governo voltadas para atender demandas específicas da sociedade. Elas podem ser categorizadas como sociais, quando os recursos são direcionados para áreas como saúde, educação, habitação, e renda; como macroeconômicas, ao tratarem da administração de políticas fiscal, monetária, cambial, industrial, entre outras; e como outras, ao se destinarem a setores como ciência, tecnologia, cultura, entre diversos campos.

O Fundeb representa um exemplo de política pública que busca promover maior equidade no financiamento da educação. Ao incorporar novas fontes de financiamento, elevar os percentuais de recursos, expandir sua aplicação para toda a educação básica e definir um percentual mínimo para a Complementação da União, o Fundeb trouxe melhorias significativas ao modelo de financiamento da educação básica no Brasil. Essa estrutura gerou um efeito redistributivo dos recursos, tanto dentro de cada estado quanto entre estados, especialmente nos casos em que estes recebem a complementação da União (Costa; Menezes; Da Silva Pereira, 2021). No entanto, sua eficácia depende não apenas da alocação de recursos, mas também de sua aplicação eficiente em áreas prioritárias, como infraestrutura escolar, formação de professores e acesso a materiais pedagógicos.

Outro exemplo relevante é o Programa Bolsa Família, que, embora seja uma política de transferência de renda, possui forte impacto educacional ao condicionar os benefícios à frequência escolar de crianças e adolescentes. Conforme Neri e Camillo Osório (2019), o programa contribuiu significativamente para a redução da evasão escolar e para o aumento da taxa de permanência na escola, especialmente entre as famílias em situação de pobreza extrema. Essa estratégia demonstra a importância de integrar políticas educacionais a outras áreas, como assistência social e saúde, para alcançar resultados mais amplos e duradouros.

A criação de políticas voltadas para a educação infantil, como o ProInfância, também merece destaque. Este programa, lançado em 2007, tem como objetivo ampliar a oferta de vagas em creches e pré-escolas, reconhecendo a importância da educação na primeira infância para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças (BRASIL, 2007). Segundo Delalibera e Ferreira (2015), investimentos na educação infantil geram retornos sociais elevados, pois contribuem para reduzir desigualdades desde os primeiros anos de vida.

No entanto, a implementação das políticas públicas educacionais enfrenta diversos desafios. A desigualdade regional e a disparidade de recursos entre municípios são barreiras significativas para a efetivação do direito à educação. Municípios mais pobres, com menor capacidade de arrecadação, muitas vezes não conseguem implementar plenamente as políticas nacionais, mesmo com o apoio de fundos como o Fundeb (Costa; Menezes; Da Silva Pereira, 2021). Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou os problemas estruturais existentes, evidenciando o acesso desigual à tecnologia e ao ensino remoto, que impactou de forma mais severa os estudantes em situação de vulnerabilidade (UNESCO, 2020).

No contexto brasileiro, o papel da educação na mitigação das desigualdades é especialmente relevante devido às profundas disparidades regionais, raciais e socioeconômicas que marcam a sociedade. Segundo dados do IBGE (2020), as desigualdades educacionais estão diretamente relacionadas a fatores como renda, cor/raça e localização geográfica. Enquanto indivíduos brancos, de famílias mais ricas e residentes em áreas urbanas têm maior acesso a escolas de qualidade, crianças negras, indígenas e moradores de áreas rurais ou periféricas enfrentam barreiras significativas, como escolas com infraestrutura inadequada, professores mal remunerados e altas taxas de evasão escolar.

No Brasil, os desafios relacionados à qualidade são evidentes. A desigualdade na distribuição de recursos educacionais, aliada à precariedade de muitas escolas públicas, compromete a capacidade da educação de promover justiça social. O Relatório de

Desenvolvimento Humano (PNUD, 2023/2024) destaca que quanto mais elevado o nível de educação, maior a probabilidade de as pessoas se interessarem pela política e pelo voto. Esses fatores evidenciam que, para que a educação cumpra seu papel transformador, é necessário que políticas públicas priorizem tanto a inclusão quanto a qualidade do ensino.

Metodologia

A pesquisa apresentada neste estudo é caracterizada como uma pesquisa descritiva e analítica, fundamentada no uso de dados secundários. Esse tipo de pesquisa foi escolhido porque permite compreender os impactos das políticas públicas educacionais na redução das desigualdades sociais no Brasil, utilizando métodos de análise que combinam descrição detalhada dos fenômenos e interpretação crítica à luz do referencial teórico.

De acordo com Gil (2017), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa busca registrar, analisar e interpretar fatos, sem interferir diretamente sobre eles. No contexto deste estudo, a pesquisa descritiva foi utilizada para identificar e apresentar os dados sobre políticas públicas educacionais no Brasil, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Programa Bolsa Família, bem como os indicadores relacionados à desigualdade social, como taxas de matrícula, evasão escolar e analfabetismo.

A pesquisa descritiva é essencial para traçar um panorama sobre o impacto dessas políticas públicas, especialmente em um país com tantas disparidades regionais e sociais.

Conforme Appolinário (2006), o uso de dados secundários é vantajoso porque permite ao pesquisador acessar informações amplas e confiáveis, economizando tempo e recursos. Além disso, os dados secundários fornecem uma base sólida para análises descritivas e comparativas, especialmente em estudos que buscam compreender fenômenos sociais em larga escala.

A escolha por uma pesquisa descritiva, analítica foi motivada pela complexidade do tema, que exige uma análise abrangente e integrada. A combinação dessas características permite responder à pergunta central do estudo: "De que forma as políticas públicas educacionais contribuíram para a redução das desigualdades sociais no Brasil?" Por meio da descrição e análise de dados confiáveis, é possível identificar avanços, limitações e desafios, contribuindo para o debate sobre a efetividade das políticas públicas e propondo caminhos para seu aprimoramento.

Resultados e Discussões

Avanços Observados

As políticas públicas educacionais implementadas nas últimas décadas no Brasil, como o Fundeb e o Programa Bolsa Família, geraram importantes avanços na redução das desigualdades sociais, especialmente no acesso e na permanência escolar. Esses progressos são resultado de esforços contínuos para ampliar o alcance das políticas educacionais e promover maior equidade no sistema educacional, particularmente em regiões e entre grupos historicamente marginalizados.

Uma das principais conquistas das políticas públicas foi o aumento significativo da taxa de matrícula na educação básica, especialmente no ensino fundamental. A universalização do acesso à educação básica foi promovida pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), criado em 1996, e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), instituído em 2007. Ambos os fundos trouxeram mecanismos de redistribuição de recursos financeiros, direcionando mais investimentos para estados e municípios com menores arrecadações e maiores índices de vulnerabilidade social (Brasil, 2007).

Segundo dados do INEP (2020), a taxa de matrícula no ensino fundamental atingiu 98% das crianças em idade escolar, o que representa um marco significativo no cumprimento das metas de universalização da educação básica. Esse avanço é especialmente relevante no Norte e Nordeste, regiões que antes apresentavam os índices mais baixos de acesso à educação.

O Programa Bolsa Família, ao condicionar os repasses financeiros à frequência escolar de crianças e adolescentes, foi um fator determinante para a redução das taxas de abandono e evasão escolar no Brasil. Entre 2001 e 2015, o índice de evasão escolar caiu de 19,6% para 11,2% no ensino médio e de 8,3% para 3,4% no ensino fundamental (Soares et al., 2010; INEP, 2020).

Esse avanço é especialmente perceptível entre os grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes de famílias em situação de pobreza extrema.

Embora ainda exista desafios, a taxa de analfabetismo no Brasil apresentou uma queda significativa ao longo das últimas décadas. Dados do IBGE (2022) mostram que, entre 2000 e 2022, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais caiu de 13,6% para 7%. Essa redução reflete os impactos de políticas públicas voltadas para a inclusão educacional, como programas de alfabetização de jovens e adultos.

Além disso, o impacto do Fundeb, ao financiar escolas públicas em regiões menos desenvolvidas, foi crucial para garantir que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade tivessem acesso ao ensino, evitando que ingressassem na idade adulta sem o domínio de habilidades básicas de leitura e escrita.

Outro avanço observado foi o aumento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combina a taxa de aprovação escolar com o desempenho dos alunos em avaliações padronizadas. Entre 2005 e 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental passou de 3,8 para 6,0.

Esses resultados indicam que as políticas públicas não apenas ampliaram o acesso, mas também contribuíram para melhorar a qualidade do ensino em algumas etapas da educação básica. Programas como o ProInfância, que visa a construção e melhoria de creches e pré-escolas, também foram fundamentais para ampliar o acesso à educação infantil, promovendo melhores condições de aprendizagem desde os primeiros anos.

A criação e consolidação de sistemas de avaliação educacional, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), foram avanços importantes para monitorar e avaliar a qualidade do ensino no Brasil. Esses instrumentos permitiram o desenvolvimento de indicadores, como o IDEB, que orientam políticas públicas e promovem maior transparência e *accountability* no setor educacional.

Limitações e Desafios

Conquanto as políticas públicas educacionais no Brasil tenham proporcionado avanços importantes, ainda existem limitações significativas e desafios estruturais que comprometem o pleno alcance dos objetivos de redução das desigualdades sociais e da promoção de uma educação equitativa e de qualidade. Esses desafios são multifacetados, envolvendo questões de desigualdade regional, precariedade da infraestrutura escolar, baixa qualidade do ensino e dificuldades de gestão e financiamento.

Uma das principais limitações enfrentadas pelas políticas educacionais é a persistência das desigualdades regionais. Regiões como o Norte e o Nordeste continuam apresentando os piores indicadores educacionais, tanto em termos de acesso quanto de qualidade do ensino. Segundo o IBGE (2020), enquanto o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no

Sudeste e no Sul ultrapassa a média nacional, estados do Norte e Nordeste frequentemente ficam abaixo das metas estipuladas.

Essa disparidade está relacionada a fatores históricos e estruturais, como a menor arrecadação de recursos próprios por parte de estados e municípios dessas regiões, o que afeta diretamente a capacidade de investimento em educação. Apesar do Fundeb ter criado um mecanismo de redistribuição de recursos para reduzir essas diferenças, os investimentos ainda são insuficientes para superar as desigualdades acumuladas ao longo de décadas (Costa; Menezes; da Silva Pereira, 2021).

A pandemia de COVID-19 evidenciou uma das limitações mais graves do sistema educacional brasileiro: o acesso desigual à tecnologia educacional. De acordo com o IBGE (2021), mais de 30% dos estudantes brasileiros não tinham acesso a dispositivos eletrônicos ou à internet em casa durante a pandemia, o que dificultou a adesão ao ensino remoto.

Esse cenário afetou de maneira desproporcional os estudantes de baixa renda, residentes em áreas rurais e periferias urbanas, ampliando as lacunas educacionais já existentes. Como destaca a UNESCO (2020), a exclusão digital se tornou um novo fator de desigualdade no acesso à educação, exigindo políticas públicas urgentes para garantir a inclusão tecnológica.

Conforme dados preliminares do Censo Escolar 2023 a disponibilização de internet banda larga vem crescendo nos últimos anos, porém de maneira desproporcional entre o ensino fundamental e o ensino médio, conferindo aos alunos do primeiro período uma menor disponibilidade. Entre as regiões do País, a região norte apresenta o destaque negativo, com menos de 50% de suas unidades escolares tendo oferta de internet. Quanto a disponibilização de recursos tecnológicos, o Norte e o Nordeste apresentam os piores índices (INEP, 2023).

Embora as políticas públicas educacionais tenham contribuído para avanços importantes no acesso e na permanência escolar, as limitações e desafios estruturais ainda comprometem o pleno desenvolvimento do sistema educacional brasileiro. Para que a educação cumpra seu papel de reduzir as desigualdades sociais, é necessário enfrentar esses desafios com políticas integradas e investimentos consistentes, voltados tanto para a equidade quanto para a qualidade do ensino.

Sugestões de Melhoria

Com base nos resultados deste estudo, algumas sugestões são apresentadas para aprimorar as políticas públicas educacionais no Brasil, com foco na redução das desigualdades sociais e na

promoção de uma educação mais equitativa e de qualidade. Essas recomendações são fundamentadas na análise dos avanços, desafios e limitações discutidos ao longo do trabalho, buscando oferecer caminhos concretos para superar as barreiras identificadas e maximizar o impacto positivo das iniciativas governamentais.

Reforçar a Redistribuição de Recursos Educacionais

Apesar dos avanços proporcionados pelo Fundeb, as desigualdades regionais ainda são um problema estrutural no Brasil, afetando especialmente estados das regiões Norte e Nordeste. Para enfrentar esse desafio, sugere-se:

- Ampliar os mecanismos de redistribuição do Fundeb, garantindo que estados e municípios mais pobres recebam recursos suficientes para atender às suas demandas específicas;
- Estabelecer critérios adicionais para a alocação de recursos, levando em consideração fatores como infraestrutura escolar, qualificação docente e índices de vulnerabilidade social.

Conforme Queiroz et al. (2011), uma redistribuição mais equitativa dos recursos educacionais é essencial para reduzir as desigualdades regionais e garantir condições mais justas de acesso à educação.

Investir em Infraestrutura Escolar

A infraestrutura escolar adequada é um componente essencial para a melhoria da qualidade do ensino. Muitas escolas públicas no Brasil ainda enfrentam condições precárias, especialmente em áreas rurais e periféricas. Sugere-se:

- Priorizar investimentos em saneamento básico, acesso à água potável, eletricidade, bibliotecas e laboratórios de ciências;
- Garantir a conectividade à internet e a disponibilização de dispositivos tecnológicos, como computadores e tablets, para facilitar a aprendizagem e promover a inclusão digital.

Analisando os dados do Censo Escolar (INEP, 2023), podemos inferir que escolas com infraestrutura precária apresentam maiores taxas de evasão escolar e resultados mais baixos em avaliações de desempenho.

Valorizar e Capacitar os Professores

A qualificação e valorização docente são fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino. Para isso, recomenda-se:

- Oferecer programas de formação continuada para os professores, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade;
- Melhorar as condições salariais e os benefícios dos docentes, garantindo incentivos para sua permanência na profissão;
- Implementar programas de mentoria e apoio pedagógico, permitindo que professores menos experientes aprendam com profissionais mais experientes.

Conforme Cunha (2005), a qualidade dos professores é um dos fatores mais importantes para o desempenho educacional, sendo essencial investir na formação e valorização desses profissionais.

Garantir a Inclusão Digital

A pandemia de COVID-19 evidenciou a exclusão digital como um novo fator de desigualdade educacional no Brasil. Para enfrentar esse problema, recomenda-se:

- Expandir programas governamentais que ofereçam dispositivos tecnológicos, como computadores e tablets, para estudantes de baixa renda;
- Garantir acesso universal à internet, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas;
- Capacitar professores e gestores escolares para o uso de tecnologias educacionais, integrando-as ao planejamento pedagógico.

Segundo a UNESCO (2020), a inclusão digital é essencial para garantir uma educação de qualidade em um mundo cada vez mais conectado.

Promover a Inclusão de Grupos Marginalizados

Embora avanços tenham sido feitos na inclusão de grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas e quilombolas, ainda há muito a ser feito para garantir a equidade no sistema educacional. Sugere-se:

- Fortalecer as escolas indígenas e quilombolas, garantindo currículos adaptados às

especificidades culturais e linguísticas dessas comunidades;

- Promover campanhas de conscientização sobre a importância da diversidade e da inclusão no ambiente escolar.

De acordo com Sen (1999), a educação inclusiva é fundamental para a promoção da justiça social, pois reconhece e valoriza a diversidade, criando oportunidades para todos os grupos populacionais.

Monitorar e Avaliar as Políticas Públicas

O monitoramento contínuo e a avaliação das políticas públicas são essenciais para identificar falhas e propor melhorias. Para isso, sugere-se:

- Criar mecanismos de acompanhamento e transparência nos processos de implementação das políticas educacionais;
- Ampliar o uso de sistemas de avaliação, como o SAEB e o IDEB, para monitorar o desempenho das escolas e dos estudantes;
- Promover estudos periódicos sobre os impactos das políticas públicas na redução das desigualdades educacionais e sociais.

Conforme Arretche (2012), a avaliação contínua das políticas públicas é indispensável para garantir sua eficácia e eficiência, permitindo ajustes que maximizem seus resultados.

Adotar uma Abordagem Intersetorial

A redução das desigualdades sociais exige uma abordagem integrada, que combine políticas educacionais com ações nas áreas de saúde, assistência social e desenvolvimento econômico. Sugere-se:

- Articular programas educacionais com políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para garantir condições de permanência na escola;
- Promover ações de saúde escolar, como a oferta de alimentação balanceada e atendimento médico nas escolas;
- Estimular o desenvolvimento econômico local, criando oportunidades de emprego e renda para as famílias, de modo a reduzir as barreiras econômicas ao acesso à educação.

Como aponta Bourdieu (1983), a educação, isoladamente, não é suficiente para romper ciclos de exclusão social; ela deve ser complementada por políticas que abordem os múltiplos fatores que contribuem para a desigualdade.

Considerações Finais

Este estudo analisou o impacto das políticas públicas educacionais na redução das desigualdades sociais no Brasil, destacando avanços alcançados, desafios persistentes e limitações no sistema educacional. Os resultados indicam que as políticas públicas implementadas nas últimas décadas, como o Fundeb e o Programa Bolsa Família, desempenharam um papel crucial na ampliação do acesso à educação e na redução de lacunas históricas, especialmente em regiões e grupos mais vulneráveis.

Os resultados demonstraram progressos significativos no que se refere à universalização do acesso à educação básica. A taxa de matrícula no ensino fundamental atingiu níveis próximos da universalização, com índices superiores a 98% (INEP, 2022), refletindo os esforços para incluir crianças e adolescentes no sistema educacional. Além disso, programas como o Bolsa Família contribuíram para reduzir as taxas de abandono e evasão escolar, principalmente entre jovens de famílias em situação de pobreza extrema.

Outro avanço importante foi a redução da taxa de analfabetismo na população com 15 anos ou mais, que caiu de 13,6% em 2000 para 7% em 2022, de acordo com o IBGE (2022). Esses resultados mostram o impacto positivo das políticas públicas voltadas para a alfabetização de jovens e adultos.

Adicionalmente, o IDEB apresentou melhorias contínuas, indicando avanços não apenas no acesso, mas também em alguns aspectos da qualidade do ensino. O aumento no índice para os anos iniciais do ensino fundamental, que passou de 3,8 em 2005 para 6 em 2021 (INEP, 2023), reflete o efeito positivo de políticas voltadas para o fortalecimento da gestão escolar e a valorização do magistério.

Apesar dos avanços, o estudo revelou que as desigualdades regionais permanecem como um desafio significativo. Regiões como o Norte e o Nordeste continuam apresentando indicadores educacionais e sociais abaixo da média nacional, como taxas de IDEB inferiores e acesso limitado a recursos básicos nas escolas. A redistribuição de recursos promovida pelo

Fundeb, embora de extrema relevância, não foi suficiente para eliminar as distorções causadas ao longo do tempo.

As políticas públicas analisadas tiveram impactos significativos na promoção da equidade educacional, especialmente ao beneficiar populações historicamente marginalizadas, como crianças negras, indígenas e de baixa renda. O Programa Bolsa Família, ao condicionar os benefícios à frequência escolar, mostrou-se eficaz em garantir a permanência desses grupos na escola e em romper ciclos de pobreza intergeracional.

Da mesma forma, o Fundeb foi um dos pilares para reduzir as desigualdades no financiamento da educação básica, direcionando mais recursos para estados e municípios com maior vulnerabilidade social. No entanto, sua plena eficácia depende de uma gestão mais eficiente e de investimentos adicionais em infraestrutura e formação docente.

Os resultados deste estudo destacam a educação como um dos elementos centrais para a expansão das liberdades individuais e coletivas. Embora o Brasil tenha feito progressos substanciais no acesso à educação, os desafios relacionados à qualidade e às desigualdades regionais mostram que o sistema educacional ainda não alcançou todo o seu potencial transformador.

Os avanços observados indicam que as políticas públicas educacionais têm capacidade de reduzir desigualdades sociais, desde que sejam acompanhadas por investimentos consistentes, monitoramento contínuo e esforços integrados para melhorar a qualidade do ensino e superar as disparidades regionais e socioeconômicas.

As sugestões apresentadas neste artigo visam fortalecer as políticas públicas educacionais no Brasil, ampliando seu alcance e eficácia na promoção de uma educação de qualidade e na redução das desigualdades sociais. Para isso, é necessário o compromisso de gestores públicos, educadores e sociedade civil, trabalhando de forma integrada e orientada por evidências. Essas medidas, quando implementadas, têm o potencial de transformar o sistema educacional brasileiro, tornando-o mais inclusivo, equitativo e capaz de oferecer oportunidades reais de mobilidade social para todos.

Referências

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2006.

ARRETCHE, Marta. **Trajetórias das Desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Lisboa: Vega, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2024.

COSTA, J. M. A.; MENEZES, M. A. S. DE; DA SILVA PEREIRA, R. DA S. P. A política de fundos na educação básica brasileira. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 10, n. 1, p. 135–152, 2021.

CUNHA, Maria Isabel da. **O Bom professor e sua prática**. 15 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

DELALIBERA, B. R.; FERREIRA, P. C. **Educação pré-escolar, Distorções e Crescimento Econômico**. Revista Brasileira de Economia, v. 69, n. 2, 2015.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. **Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes**. Revista de Ciências Humanas, v. 42, n. 1 e 2, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 09 dez. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. 2019 Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 11 dez. 2024.

NERI, M.; CAMILLO OSORIO, M. **Bolsa Família, tempo na escola e motivações estudantis**. Revista de administração pública, v. 53, n. 5, p. 859–878, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **COVID-19: Learning Never Stops**. Paris: UNESCO, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.un.org>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024**. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Global de Monitoramento da Educação**. Paris: UNESCO, 2020

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **PISA 2022 Results: Combined Executive Summaries**. Paris. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-i-and-ii-country-notes_ed6fbcc5-en/brazil_61690648-en.html. Acesso em: 11 dez. 2024.

PASE, H. L.; MELO, C. C. **Políticas públicas de transferência de renda na América Latina**. Revista de administração pública, v. 51, n. 2, p. 312–329, 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

•

Como citar este artigo (Formato ABNT):

CRUZ, Eder Pereira do Carmo; SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. Educação e Igualdade: O Impacto das Políticas Públicas na Redução das Desigualdades Sociais no Brasil. **Id on Line Rev. Psic.**, Maio/2025, vol.19, n.76, p.159-175, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 26/04/2025; Aceito 14/05/2025; Publicado em: 31/05/2025.